



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 019

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 29 DE MARÇO DE 2007

ANO XXXII

### *Mesa Executiva*

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - PFL

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### *Lideranças*

*Líder do Governo ..... Luiz Cláudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Luiz Nishimori*  
*Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Elton Welter*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*PTB ..... Fábio Camargo*  
*Bloco PPS/PMN ..... Marcelo Rangel*  
*Bloco PSB/PL/PRB/PV ..... Reni Pereira*

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Cláudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Professor Luizão - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **PFL** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

## S U M Á R I O

### **DIÁRIO Nº 019**

### **18ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 02**

#### **Expediente:**

Ofícios ..... 03

Indicações ..... 05

Projetos de Lei ..... 05

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Reni Pereira ..... 06

Jocelito Canto ..... 09

Dep. Elio Rusch ..... 10

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PSB

Dep. Reni Pereira ..... 07

Liderança do PMDB

Dep. Waldyr Pugliesi ..... 11

Liderança dos Democratas

Dep. Elio Rusch ..... 12

Liderança do PT

Dep. Elton Welter ..... 13

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati ..... 15

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel ..... 17

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli ... 18

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni ..... 18

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 19

**Encerramento da Sessão ..... 20**

**Publicações Administrativas ..... 20**

### **DIÁRIO Nº 019**

### **18ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA**

#### **ATA DA 18ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2007**

*(quinta-feira)*

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados AProfessor Luizão e Chico Noroeste.

#### **Presenças:**

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Antonio

Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Jocelito Canto, Luiz Claudio Romanelli, Marcelo Rangel, Mamede, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Professor Luizão, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (31).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Ademar Traiano, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Edgar Bueno, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Plauto Miró e Ribas Carli Filho (15).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Geraldo Cartário, Osmar Bertoldi e Teruo Kato (05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

#### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

***Expediente:******Ofícios*****TRIBUNAL DE JUSTIÇA****OFÍCIO Nº 228/07**

Curitiba, 28 de março de 2007.

Senhor Presidente:

Encaminho a V. Exa. para apreciação dessa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que trata de alteração da Lei Estadual nº 14.277/03, de 30 de dezembro de 2003 - Código da Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, propondo a criação da 2ª Vara na Comarca de Irati - Entrância Intermediária, neste Estado.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/00.

Neste ensejo, consigno a V. Exa. minhas expressões de consideração e apreço.

(a) J. VIDAL COELHO

Presidente

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º O artigo 263 da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 263. Fica criado nas comarcas de entrância intermediária o seguinte:

I - ...

(…)

XXI - na Comarca de Irati:

a) Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial; e

b) Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.”

Art. 2º Fica alterado o Anexo IV da lei referida no artigo 1º, desmembrando-se o Juízo Único da Comarca de Irati em duas Varas distintas, nos termos do artigo 225, inciso II, da citada Lei 14.277/03.

Art. 3º Ficam alterados os Anexos V, VI (tabela 3) e IX (tabelas 1 e 4) da lei referida no artigo 1º, criando-se

os seguintes cargos de provimento efetivo:

a) um (1) cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária;

b) dois (2) cargos de Oficial de Justiça.

Art. 4º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 5º esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**JUSTIFICATIVA:**

O presente anteprojeto de lei tem por objetivo a alteração da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, no âmbito da composição de seus Anexos, visando, unicamente, à criação de uma (1) Vara na Comarca de Irati, nos termos do artigo 225, inciso II, da aludida lei estadual.

O desmembramento do Juízo Único da Comarca de Irati, em duas Varas distintas (artigo 1º e 2º do anteprojeto de lei), altera o Anexo IV da Lei Estadual 14.277/03.

A criação dos cargos para a estruturação da Vara (artigo 3º do anteprojeto de lei) modifica os Anexos V, VI (tabela 3) e IX (tabelas 1 e 4) da referida lei.

A Comissão de Organização e Divisão Judiciária, na 9ª Sessão Ordinária realizada em 05 de abril de 2006, decidiu pelo deferimento do pedido de criação da 2ª Vara da Comarca de Irati, por unanimidade de votos dos membros presentes.

A Comarca de Irati é sede da 33ª Seção Judiciária e tem a seu cargo outras seis Comarcas, quais sejam, Imbituva, Ipiranga, Prudentópolis, Rebouças, Teixeira Soares e Palmeira.

O anteprojeto de lei que contém a proposta de criação da 2ª Vara na Comarca de Irati contou com a aprovação, por unanimidade de votos, do egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão Ordinária realizada no dia 11 de dezembro de 2006.

A estimativa do impacto orçamentário-financeiro da presente proposta totaliza o valor anual de R\$ 326.408 (trezentos e vinte e seis mil, quatrocentos e oito reais), a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça, não ultrapassando o limite de gastos com pessoal e encargos, conforme preceitua a Lei Complementar nº 101/00 - LRF.

O “Demonstrativo da Despesa com Pessoal” do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, referente ao orçamento fiscal de 2006, evidencia que o dispêndio com Pessoal situou-se em 3,81% (três vírgula oitenta e um por cento) da Receita Corrente Líquida do Estado do Paraná, para o terceiro quadrimestre de 2006, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) estabelecido no artigo 22, parágrafo único, da citada Lei de Responsabilidade Fiscal.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
OFÍCIO Nº 229/07

Curitiba, 28 de março de 2007.

Senhor Presidente:

Encaminho a V. Exa. para apreciação dessa Assembléia Legislativa, o anteprojeto de lei que trata de alteração da Lei Estadual nº 14.277/03, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, propondo a criação de uma Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios na Comarca de Francisco Beltrão - Entrância Intermediária, neste Estado.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/00.

Neste ensejo, consigno a V. Exa. minhas expressões de consideração e apreço.

(a) J. VIDAL COELHO  
Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica criada uma (1) Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios na Comarca de Francisco Beltrão, modificando o artigo 263 e os anexos IV e VIII da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, que passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 263. Fica criado nas comarcas de entrância intermediária o seguinte:

I - ...

(...)

XXII - na Comarca de Francisco Beltrão:

a) a Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios.”

Art. 2º Ficam criados na Comarca de Francisco Beltrão, para a Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios, alterando os Anexos V, VI (tabela 3) e IX (tabelas 1 e 4) da lei referida no artigo 1º, os seguintes cargos de provimento efetivo:

a) um (1) cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária;

b) um (1) cargo de Escrivão;

c) dois (2) cargos de Auxiliar de Cartório da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios;

d) dois (2) cargos de Oficial de Justiça;

e) três (3) cargos de Auxiliar Administrativo da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios.

Art. 3º Fica criada, na Comarca de Francisco Beltrão, a Escrivania de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios.

Art. 4º A Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Francisco Beltrão, criada por esta lei, passa a integrar os Anexos IV, V, VI (Tabela 3), VIII e IX (Tabelas 1 e 4) da Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias, com jurisdição nas seguintes Comarcas:

I - Barracão;

II - Capanema;

III - Chopinzinho;

IV - Coronel Vivida;

V - Dois Vizinhos;

VI - Francisco Beltrão;

VII - Pato Branco;

VIII - Realeza;

IX - Salto do Lontra;

X - Santo Antônio do Sudoeste.

Art. 5º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto de lei tem por objetivo a alteração da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, no âmbito da composição de seus Anexos, visando unicamente, à criação de uma (1) Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios na Comarca de Francisco Beltrão.

É de amplo conhecimento que os problemas carcerários, que se avolumam em ritmo crescente, estão a exigir a adoção de medidas concretas tanto no que diz respeito à ampliação e aperfeiçoamento da estrutura prisional do Estado, quanto à descentralização do sistema de execução de penas.

Atento a esse aspecto e tendo em vista a instalação de uma Penitenciária na Comarca de Francisco Beltrão, com capacidade para recolher 960 presos condenados, conforme informado pelo Ofício 385/06-GS do mui digno Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania do Paraná, protocolado sob nº 135.263/06-PJPR, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná propõe a criação de uma Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios na Comarca de Francisco Beltrão.

A jurisdição da Vara de Execuções Penais da Comarca de Francisco Beltrão abrangerá as Comarcas que integram a 28ª, 43ª e 46ª Seções Judiciárias, com o desmembramento da Vara de Execuções Penais da Comarca de Cascavel.

O anteprojeto de lei contou com a aprovação, por unanimidade de votos, do egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão Ordinária realizada no dia 11 de dezembro de 2006.

Outrossim, as alterações que este anteprojeto de lei pretende introduzir no Código de Organização e Divisão

Judiciárias do Estado mostram-se imprescindíveis à necessária fixação dos limites territoriais, de competência jurisdicional, de cada uma das Varas de Execuções Penais do Estado.

A criação da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios (artigo 1º do anteprojeto de lei) altera os Anexos IV e VIII da Lei Estadual 14.277/03.

A criação dos cargos para a estruturação da Vara (artigo 2º do anteprojeto de lei) modifica os Anexos V, VI (tabela 3) e IX (tabelas 1 e 4) da referida lei.

A estimativa do impacto orçamentário-financeiro da presente proposta totaliza o valor anual de R\$ 495.649,00 (quatrocentos e noventa e cinco mil, seiscentos e quarenta e nove reais), a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça, não ultrapassando o limite de gastos com pessoal e encargos, conforme preceitua a Lei Complementar nº 101/00 - LRF.

O “Demonstrativo da Despesa com Pessoal” do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, referente ao orçamento fiscal de 2006, evidencia que o dispêndio com Pessoal situou-se em 3,81% (três vírgula oitenta e um por cento) da Receita Corrente Líquida do Estado do Paraná, para o terceiro quadrimestre de 2006, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) estabelecido no artigo 22, parágrafo único, da citada Lei de Responsabilidade Fiscal.

## **Indicações**

### **INDICAÇÃO Nº 041/07**

#### **SÚMULA:**

Propõe a reestruturação da Rodovia João Leopoldo Jacomel (PR-415), no trecho que atravessa a Cidade de Pinhais.

Ao Exmo. Sr. Rogério Walbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes do Paraná.

O Deputado Professor Luizão dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1) A reestruturação da Rodovia João Leopoldo Jacomel (PR-415), no trecho que atravessa a Cidade de Pinhais.

Sala das Sessões, em 29.03.07.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

#### **JUSTIFICATIVA:**

Esta é a principal ligação de Curitiba com Piraquara, dividindo a Cidade de Pinhais ao meio. Com o aumento da população destes dois Municípios nos últimos anos, aliada à ligação desta rodovia com a BR-116, Contorno Leste, o fluxo de veículos tornou-se bastante intenso em Pinhais, tornando-se insuportável quando da promoção de eventos na EXPOTRADE.

Inúmeros acidentes têm ocorrido ao longo desta rodovia, necessitando de urgente intervenção e reestruturação, para que tenha três pistas de cada lado, calçamento para pedestres, ciclovias e passarelas, principalmente nos locais onde é intensa a travessia de estudantes.

### **INDICAÇÃO Nº 042/07**

#### **SÚMULA:**

Propõe a duplicação da Rodovia João Leopoldo Jacomel (PR-415), no trecho entre Pinhais e Piraquara, com construção de ciclovias.

Ao Exmo. Sr. Rogério Walbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes do Paraná.

O Deputado Professor Luizão dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1) A duplicação da Rodovia PR-415, João Leopoldo Jacomel, no trecho entre Pinhais e Piraquara, com construção de ciclovias.

Sala das Sessões, em 29.03.07.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

#### **JUSTIFICATIVA:**

Esta rodovia foi pavimentada na década de 1970 e nos últimos anos houve uma explosão demográfica nos Municípios de Pinhais e Piraquara, principalmente na região de Guarituba, intensificando o trânsito na região e causando inúmeros acidentes.

A situação se agravou com a construção dos acessos desta rodovia com a BR-116, Contorno Leste, tornando-se importante ligação com Curitiba.

A construção de ciclovias também é necessária, dado o grande número de ciclistas submetidos ao risco do intenso tráfego de veículos automotores nessa região.

## **Projetos de Lei**

### **PROJETO DE LEI Nº 185/07**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Lar Nossa Senhora da Esperança - Lar Esperança, com sede e foro no Município de Sarandi.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.03.07.

(a) CIDA BORGHETTI

#### **JUSTIFICATIVA:**

O Lar Esperança é entidade que tem por finalidade a execução de programas de medidas de proteção e sócio-educativas destinado à criança e ao adolescente, conforme dispõe o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, auxiliando, cooperando e executando os critérios estabelecidos pelos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente nos três níveis de Estado, Conselho Tutelar, Vara da Infância e Juventude e outros órgãos públicos ligados à infância e juventude.

O Lar Esperança mantém Casa Abrigo para acolher crianças carentes de 1 a 13 anos, no período das 8h00 às 18h00, quando os pais se dedicam ao trabalho.

Trata-se de importante promoção de trabalho voluntário e merece o apoio da Assembléia Legislativa do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 186/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a ACICAM - Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão, com sede no Município de Campo Mourão.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.03.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

**JUSTIFICATIVA:**

A ACICAM - Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão, fundada em 27 de junho de 1953, contando, pois, com mais de 54 anos de existência, vem desenvolvendo constante trabalho em favor da classe empresarial, contribuindo sobremaneira com o desenvolvimento do município.

Trata-se de uma entidade de classe, com personalidade jurídica de direito privado inscrita no CNPJ - Cadastro Nacional de Personalidade Jurídica sob nº 80.288.640/0001-88, e pela sua importância e representatividade é merecedora em ser considerada por lei, como Entidade de Utilidade Pública do Estado do Paraná, pelo que, solicitamos apoio e aprovação das Sras. e Srs. Deputados da Assembléia Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 187/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica estabelecido que um terço (1/3) do efetivo da Polícia Militar do Estado será aproveitado em Módulos Policiais a serem instalados em municípios paranaenses.

Art. 2º Caberá ao comando da Polícia Militar proceder o remanejamento de seu efetivo para a execução da presente lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.03.07.

(a) ANTONIO BELINATI

**JUSTIFICATIVA:**

A Polícia Militar é uma das instituições que tem maior contato com a população no que diz respeito à segurança pública.

Com a instalação de módulos policiais, a Polícia Militar, que é responsável pelo patrulhamento ostensivo,

terá mais um recurso para usar na prevenção dos crimes contra as pessoas e o patrimônio.

Portanto, a instalação de tais módulos ensinará melhores condições para o desempenho das atividades de proteção ao cidadão paranaense.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares à presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 188/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a Associação Casa Caminho da Alegria, com sede e foro em Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.03.07.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei visa declarar de Utilidade Pública a Associação Casa Caminho da Alegria, com sede na Cidade de Londrina - Paraná.

A presente entidade, de acordo com a Lei Municipal nº 10.067 de 18 de outubro de 2006, foi declarada de Utilidade Pública Municipal, por ser uma entidade sem fins lucrativos. A mesma atende crianças carentes da comunidade entre a faixa etária de 03 a 06 anos em período integral, cujos pais tenham necessidade comprovada de trabalhar neste mesmo período, participa do processo de aprendizagem a nível de pré-escola objetivando a elevação da qualidade de ensino e da efetivação da proposta pedagógica da Associação.

Ministra cursos profissionalizantes, gratuitamente, qualificando os associados e cidadãos da região dentro do universo profissionalizante, em todas as categorias de aprendizado, englobando todas as idades, tendo como resultado a socialização dos mesmos.

Ante ao exposto, aguardo da parte de meus nobres Pares, a aprovação da presente proposição.

***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Reni Pereira.

***Deputado Reni Pereira (PSB)***

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, em especial o Líder do Governo, Deputado Romanelli a quem peço um pouquinho de atenção ao meu pronunciamento, porque vou falar aqui de uma questão muito séria para este Poder. Uma questão que, como falou o Deputado Jocelito na

última quinta-feira, deveríamos ter aqui o Plenário lotado de Deputados, porque era a questão que nós estávamos analisando, a prestação de contas, a função essencial do Legislativo que é de fiscalizar.

Fui surpreendido ontem quando retornei ao Paraná, após uma noite sem dormir, viajando de ônibus, por uma notícia veiculada na agência estadual dizendo respeito à última prestação de contas. Por isso que eu pedi a atenção de V. Exa., Deputado Romanelli, porque aqui colocaram também o vosso nome. O que me chamou a atenção é que o Líder do Governo colocou que: “as explicações e a prestação de contas na Audiência Pública realizada na Assembléia foram muito bem fundamentadas com base no manual da Secretaria do Tesouro Nacional. A Fazenda não cometeria a irresponsabilidade de prestar informações com bases em premissas erradas. O que a Oposição tenta fazer é criar um factóide. Infelizmente, há pessoas que querem ver o Paraná na situação financeira difícil em que esteve antes de dar posse ao Governador Requião, em 2003. É a turma do quanto pior melhor, mas esse Governo não brinca com coisa séria.” Isso foi confirmado pelo Líder do Governo, Deputado Romanelli. Eu também não brinco com coisa séria! Eu não estava aqui antes de 2003, entrei na Assembléia em 2003, junto com esse Governador, tenho compromisso com o Estado do Paraná e com o Poder Legislativo do qual eu faço parte.

Fiquei mais surpreso ainda quando mais adiante, na nota, o Nestor Bueno, Diretor da Secretaria da Fazenda afirmou que: “se outros créditos não incluíram o crédito a receber como ativo disponível é porque não tem, crédito a receber.” Isso é elementar em contabilidade. Outros Estados da Federação não fizeram, mas me admira que o Deputado que é auditor da Secretaria não conheça o funcionamento da contabilidade do Estado e coloque isso em questão.

Eu não me sinto nem melhor e muito menos pior do que qualquer um dos 54 Deputados, eu me sinto, sim, com a responsabilidade de fazer aquilo que eu fui eleito para fazer: ser Deputado. O fato de ser auditor ou não, auditor licenciado, isso faz com que realmente eu tenha que conhecer alguns aspectos, de repente, melhor do que algum Deputado ligado à agricultura. Mas aqui eu confesso que o respeito que eu tive para com o Líder do Governo, para com o Secretário da Fazenda, não houve recíproca porque eu deixei bem claro para o Secretário: olha, eu estou achando esquisito porque nunca foi feito isso, nenhum outro Estado fez.” Inclusive na seqüência, eu fiz questão de apagar as notas taquigráficas de toda Sessão daquele dia, o próprio Dr. Renato, que foi designado pelo Dr. Nestor Bueno para explicar por que esses créditos a receber estavam lá como ativos disponíveis, isso é uma questão muito séria, Srs. Deputados, porque a partir do momento - e eu não acusei, não disse que fizeram maquiagem, eu pedi explicações, que é o meu direito e o meu dever pedir explicações de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal - atendendo um pedido do

Deputado Nelson Justus para não polemizar muito a Sessão, adiei esperando que essa resposta viesse na semana, mas a resposta que veio foi uma agressão ao Poder Legislativo, não foi à minha pessoa. Agora quero transcrever aqui o que foi dito em resposta a minha pergunta, no dia, quando eu perguntei se havia essa possibilidade de uma engenharia conceitual? O que o Dr. Nestor respondeu: “Esses outros créditos a receber,” são notas taquigráficas, foi aquilo que ele falou daquela tribuna - “são aqueles 165 milhões que temos a receber.”

## ***Passa a usar o Horário da Liderança do PSB***

Veja, não é uma transferência voluntária do Governo Federal, decorrente daquela aplicação da multa do Governo Federal, para cobrar daquelas diferenças de índice. Ele retém o Fundo de Participação dos Estados, aproximadamente dez milhões por mês. Como somos obrigados a dar entrada pelo total da nossa participação no Fundo Estadual, evidentemente como estamos discutindo em juízo a veracidade dessa aplicação, dessa penalidade, então, contabilizamos no Ativo do Estado como Retenção Indevida da Secretaria do Tesouro Nacional, o valor correspondente a todos esses meses. Então, nesses outros Créditos a Receber, nós temos 155 milhões que são devidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, retidos indevidamente, se ganharmos, evidentemente. São palavras do Diretor da Secretaria da Fazenda. Se ganharmos todas as ações, esse dinheiro será devolvido.”

Veja bem, estamos falando da prestação de contas de 31 de dezembro do ano passado e ele falou: “Se ganharmos”. Mais adiante, ele falou que o Governo anunciou agora que o dinheiro será devolvido, mas anunciou agora, este ano. Foi sugerido até um título aí pelo Ministro da Fazenda. Mesmo não tendo dormido na noite anterior, agucei a minha curiosidade. Como eu falei, não sou melhor nem pior que qualquer Deputado. Eu só fiz o meu papel como Deputado. Aí, posso até ter tido um erro na hora. Eu não inferi que o Secretário ou o Diretor estaria agindo em erro, senão, eu teria dito: maquiaram o Orçamento. Eu teria falado isso. Eu falei, olhe se existe uma engenharia conceitual, em nenhum momento eu ofendi, mas fui procurar, já que o Dr. Renato falou que todo ano sai uma resolução nova, fui procurar todas as resoluções referentes à prestação de contas da Secretaria do Tesouro Nacional. Peguei a que está em vigor agora, a partir de 1º de janeiro. A do ano passado, não tinha nada de novo, mas essa, realmente existe a possibilidade de nós lançarmos o que é líquido e certo como Ativo Disponível.

Em relação ao que eu falei, ao que eu questionei, em nenhum momento - e aqui eu quero contrapor o que ele falou de mim como Auditor Fiscal, que justamente por ser um técnico da área é que eu questionei esses Créditos a Receber como disponibilidade. Não há na Jurisprudência ou na Doutrina de Contabilidade Pública qualquer indicação que torna esse procedimento que foi

adotado aqui no Paraná como válido. Fui procurar na Portaria 632/06, que é a que está em vigor a partir de 1º de janeiro de 2007. Não é nem a que vigorava na época, porque aquela que vigorava na época não trazia nada disso.

O que ele fala em relação a outras disponibilidades financeiras? Ele diz que devem ser lançadas nessa linha, o saldo total em 31 de dezembro do exercício de referência, de outras disponibilidades financeiras que representem recursos com livre movimentação para ampliação nas unidades e para as quais não haja restrição para uso imediato, com exceção dos recursos existentes em caixa, bancos e aplicação financeira, destacados nas linhas específicas do Demonstrativo. Estas disponibilidades representam o somatório dos recursos ainda não recebidos cuja realização é líquida e certa, a exemplo do disposto na Portaria 447/02. O que é “líquida e certa” a exemplo do disposto na Portaria 447/02? Aquilo que já não existe mais recursos. Agora, se o próprio Diretor da Secretaria da Fazenda fala “se ganharmos as ações”, isto é líquido e certo? Inclusive para contabilizarmos como líquido e certo, existe a necessidade de indicar a conta e o banco onde está depositado este dinheiro.

Isto, na prática, serve uma ação cujo recurso transitou em julgado, não cabe mais apelação e o dinheiro está depositado em juízo. No dia 20 de dezembro decorreu todo o prazo para contestação da parte contrária e o Estado tinha um montante numa conta específica, num banco específico. Não existem mais recursos? É líquido e certo. O senhor, como jurista, deve saber disso. É líquido e certo, não existem mais possibilidades de recursos, o Estado poderia ter lançado, aí sim, este valor como disponível no ativo financeiro.

Então, subo à tribuna porque infelizmente foi desnecessária esta agressão do Diretor e eu tenho certeza que V. Exa. não me incluiu nestes que acham que quanto pior, melhor, porque eu não estava aqui antes de 2003.

Agora, eu estou aqui hoje e vou fazer todas e quantas prestações de contas tiver aqui, inclusive eu, que naquele dia disse que sempre fui respeitado, esperava ter este respeito, esperava ter resolvido isso. Porque é muito sério. eu não vou fazer passar requerimento nesta Casa, nem a V. Exa. nem à Mesa. Se fosse o caso, estou cumprindo o poder de fiscalização, que a própria Lei de Responsabilidade Fiscal nos coloca acima do Ministério Público. Basta um questionamento - e eu não vou fazer isso - porque a partir do momento que eu fizer isso, a Secretaria do Tesouro Nacional bloqueia os recursos do Estado, se aplicam sanções à autoridade. Inclusive no dia da prestação de contas, até o nome do Governador - que eu tenho certeza que não tem nada a ver com isso - foi arrolado como uma das autoridades que poderia ter causado isso no balancete do Estado. E eu tenho certeza de que o Governador não faria isso, porque ele é um conhecedor da lei.

Então, só para dizer que foi uma agressão gratuita, que não precisava ter ocorrido, porque eu respeitei,

quando fizeram, aqui. Não inferi falso juízo. Fiz meu papel de Deputado e fiscalizei. Agora, que me digam, e fica ainda a pergunta: com base no quê lançaram estes outros crédito como ativo disponível? Porque se não existissem estes outros créditos, com certeza nós teríamos passado no vermelho. E passando no vermelho, pecamos em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### **O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)**

Fico muito feliz em poder usar da palavra, até porque o orador, da tribuna, se dirige à Casa toda, especificamente à Liderança do Governo.

Quero dizer, em primeiro lugar, Deputado Reni, que não tinha ainda tido o prazer e o privilégio de poder conviver com V. Exa. Para mim tem sido uma grata surpresa. Seguramente, sem menosprezar nenhum dos nossos Pares, V. Exa. é uma pessoa que tem preparo, preparo técnico, conhecimento e intelectualmente também.

Mas quero dizer o seguinte: V. Exa. sobe à tribuna e, com base num release da Agência de Notícias, quero dizer que minha declaração está absolutamente correta, está transcrita exatamente como falei num programa de rádio e quero dizer a V. Exa. que quando me refiro à questão dos factóides, que foi criada, não estou dizendo que V. Exa. veio aqui no exercício regular de um direito, o poder-dever do Parlamentar de poder questionar, V. Exa. questionou as contas apresentadas sobre a questão do superávit.

Em primeiro lugar, quero dizer que quando eu disse factóides, na verdade, houve outros pronunciamentos, para ser sincero, muito menos fundamentados, ou seja, com outro tipo de argumentação. E o próprio setor da mídia, sabemos que está num conflito aberto com o Governo, utiliza de qualquer argumento - até meu se for possível - contra o Governo. Tem que reconhecer isso. É o que nós vivemos, esta sociedade midiática que vivemos é o que tem acontecido.

Então, quero dizer a V. Exa. que continuo tendo V. Exa. no mais alto apreço, no maior respeito, não me referi de forma desrespeitosa neste parecer, em nenhum momento.

E quero dizer o seguinte: as explicações dadas pelo Dr. Nestor Bueno e pelo Secretário Heron Arzua, que V. Exa. conhece até por ser servidor daquela Pasta, eles têm razão neste aspecto: V. Exa. conhece em profundidade temas que eu não conheço e que ninguém aqui nesta Casa conhece. E sabe muito bem que os auditores fiscais - a Dra. Lídia, que é auditora fiscal da nossa Receita Estadual - sabe que são profissionais altamente qualificados. É concurso público, quem entra ali entra pelo mérito. Já foi o tempo em que alguém entrava apadrinhado, ali. Tem alguns, algumas inclusive, que entraram de forma apadrinhada, mas via de regra, nos últimos vinte anos, todo mundo entrou por concurso regular. O fato é que é impossível deixarmos de analisar aqueles números que foram aqui apresentados, à luz do quê? À luz da responsabilidade daqueles homens que estavam aqui, tanto o César,



que administra esta área das contas públicas, da área de pagamentos mais especificamente, mais o Dr. Nestor, mais o Secretário Heron Arzua, que são pessoas, na minha avaliação, acima de qualquer suspeita, pelo comportamento que têm ao longo da vida. Quando eles vêm aqui, colocam a questão, dizendo: “olha, temos o manual que permite isso”. E quero dizer a V. Exa. que talvez aqui devêssemos ter um manual da professora Maria Helena Diniz, para discutir o que é líquido e o que é certo, do que é que estamos tratando.

Concluindo, a alegação da Secretaria da Fazenda, outro dia subi na tribuna e disse que o Ministro Guido Mantega está liberando administrativamente cem milhões de reais deste dinheiro. É dinheiro do fundo de participação do Estado, que foi retido naquela aplicação da multa que levou, inclusive, a dívida do BANESTADO, a dívida pública nossa, por conta da aplicação de um outro índice. V. Exa. sabe disso, perfeitamente.

Então, quero dizer que esta contabilidade pública a que estamos sujeitos - nós, Estado - não é possível. V. Exa. levanta um tema que pode ser aprofundado, mas voltei a conversar com o Secretário Heron Arzua, que voltou a me garantir absoluta licitude. Disse: “olha, o Governo fechou com superávit o exercício de 2006”. Ele me disse isso, numa conversa franca!

Então, quero dizer a V. Exa. que tenho absoluta confiança nas demonstrações que foram feitas, nas justificativas. Só acho que, claro, a Agência de Notícias não precisa dar declarações malcriadas em relação a V. Exa., até porque é um Parlamentar que tem exercido o seu mandato com independência, com muito respeito a todos e à própria sociedade.

Quero mais uma vez parabenizá-lo, porque é um profundo conhecedor do tema e acho que os questionamentos que faz lhe são próprios. Eu confio nos dados e nas palavras das pessoas. De qualquer forma fica o registro, vamos acompanhar o desenvolvimento das demonstrações futuras feitas pela Secretaria da Fazenda.

Agradeço pelo aparte, Deputado.

#### O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Agradeço os elogios e mais uma vez vou afirmar: não sou melhor nem pior que qualquer Deputado. Talvez eu seja pior, porque num tema como este eu poderia ter polarizado, numa questão política. Não. Eu fiz uma pergunta técnica e posso ter errado. Faz cinco anos que saí de lá. Posso ter errado. Não precisava vir esta agressão da Agência de Notícias e quero crer que também não partiu do Dr. Nestor, uma pessoa pela qual eu sempre tive respeito - e continuo respeitando - o Dr. Heron também, como técnico que é. Agora, V. Exa. no seu aparte mesmo falou, faz poucos dias que o senhor subiu à tribuna e disse que o Ministro afirmou que cem milhões estariam retornando para o Paraná.

Pois bem, foram contabilizados 165 milhões, desse dinheiro que o senhor falou que está vindo.

#### O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

É que o total é 195 milhões.

#### O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Mas o que eu falei de engenharia consensual, se existisse uma nova norma, inclusive o senhor falou de manual, existe esse manual. Foi o que eu fiquei procurando ontem à noite. Está na Secretaria do Tesouro Nacional, é a Resolução nº 662, está lá bem claro o que é ativo disponível. E não é isso que colocaram.

Então eu não quero dizer aqui que foi maquiado, porque daí eu já estaria acusando o Governo. Agora, eu fiz uma pergunta no meu exercício de Parlamentar. Deixo aqui a preocupação e espero ainda a resposta da Secretaria da Fazenda - conforme foi acordado com o Secretário da Fazenda que estava na Mesa - que esta semana eu iria lá, e eles iriam dizer com base no quê lançaram. Com certeza, a Agência de Notícias saiu na frente e tomará que não quis criar uma intriga, uma cortina de fumaça para que a resposta não venha. Continuo aguardando a resposta técnica.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

### *Deputado Jocelito Canto (PTB)*

#### O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

O que me traz a esta tribuna hoje, é exatamente a questão da saúde, muito comentada nos últimos tempos nesta Casa, e que durante o período de eleição, como se trata de um assunto de vulnerabilidade, que tem dificuldades, na época da eleição se fala muito em saúde.

Durante o período de eleição, ao se falar da saúde, ganha-se votos, porque a saúde, em todos os lugares, tem problemas. Eu compararia a saúde ao aumento salarial de um empregado, o salário mínimo, que sempre em época de eleição usa-se muito esse tema: “Precisamos melhorar o salário”. Em toda campanha se usa essa demagogia e, quando se chega no poder, percebe-se que não se pode mexer além daquilo que determina a lei. São demagogias políticas, principalmente nos períodos eleitorais se fala da saúde, como se a saúde fosse realmente a grande bandeira de alguns políticos. Esses políticos acabam usando, às vezes, pessoas simples, às vezes utilizam pessoas, casos que são raros, casos específicos para se promoverem às custas da saúde.

Claro que a saúde tem os seus problemas, sempre vai ter. Não se pode afirmar, como afirmou o Prefeito de Ponta Grossa na campanha passada, que iria acabar com as filas da saúde. Filas na saúde têm até nos consultórios particulares, hoje. Filas têm nos bancos, filas têm em todos os lugares, filas nós encontramos até na imprensa, às vezes, para entrevistar alguém. As filas são constantes.

Então, quando se utiliza o mecanismo na campanha para autopromover-se está se indicando que, demagogicamente, aquele político quer se promover às custas da desgraça alheia. Ou seja, do sofrimento daquela pessoa que está a sofrer. E passadas as eleições, aquelas pessoas são esquecidas, são abandonadas e o discurso, às vezes, prossegue quando há interesse em cima desse ponto, da saúde. Por isso a saúde realmente precisa melhorar. Ponta Grossa vive neste momento algumas melhorias, mas precisa melhorar mais a saúde. Eu tenho acompanhado, desde que entrei nesta Casa, tenho sido um cobrador das necessidades da saúde e já conseguimos algumas melhorias.

Encaminhamos a alguns setores importantes na saúde, como novas UTIs que ainda não estão no número exato, precisa-se mais, mas já subiu de dezessete para quarenta. O Pronto-Socorro está na fase final de reforma e ampliação, sendo que vai ter mais dez leitos de UTI pediátrica, que ainda não temos na cidade. O Hospital Santa Casa tem seis leitos de UTI neonatal, que ainda é pouco perto da necessidade.

A projeção do hospital regional, um sonho que nunca se concretizou em Ponta Grossa, que foi alvo de críticas durante a campanha, está se edificando. Uma obra que será maior que a de Cascavel, maior que a de Maringá e, com todo respeito, mais moderna que a de Londrina. Passaremos a ter um hospital que evidentemente vai nos atender e que resgata um débito do Estado para com a Cidade de Ponta Grossa e os Campos Gerais. Nunca tivemos um hospital regional. Então, esse é um avanço na saúde.

Claro que a saúde ainda têm suas dificuldades e precisamos, aos poucos, ir consertando, trabalhando no sentido de fazer com que a saúde tenha melhorias. Agora, saúde não se arruma com discursos, saúde se resolve com ações de um Governo. Fica um alerta para o Governo sobre a questão de saúde, em Ponta Grossa: temos, hoje, um compromisso de novas UTIs, que estão lá em Ponta Grossa para serem colocadas nos hospitais e estão paradas, armazenadas na 3ª Regional da Saúde, dependendo apenas da competência da chefia regional e da competência do próprio Secretário de Estado para fazer com que aquelas UTIs - que estão armazenadas e que o Estado deve estar pagando aluguel, Sr. Presidente - recebam definição, não sei de quem.

Fica o resgate de que aquele compromisso que foi assumido lá atrás precisa ser acertado. Aquelas UTIs que estão armazenadas num canto da Regional de Saúde e que o Estado, ou deve ter comprado as mesmas ou está pagando aluguel, precisam ser colocadas em funcionamento. Então, fica este pedido para que as coisas que já aumentaram, precisam aumentar mais e aquelas UTIs que lá estão paradas, às vezes por incompetência de alguém, que sejam colocadas em funcionamento para que possamos ter mais tranquilidade e menos sofrimento para o nosso povo. Conseqüentemente, Sr. Presidente, teremos menos demagogia no período da eleição.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Terceiro orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Elio Rusch.

## ***Deputado Elio Rusch***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas:

Primeiro, antes de falar sobre o tema que nos traz à tribuna, quero lembrar ao Líder do Governo, Deputado Romanelli: quando V. Exa. estava falando no microfone, como é ruim alguém atrás ficar conversando, imagine quando esse é o seu companheiro que auxiliou o senhor! Realmente, se perde o raciocínio. Agora, imagine V. Exa., nós Deputados de Oposição, quando ocupamos este microfone e V. Exa. começa a conversar, conversas paralelas com o objetivo de perturbar o nosso raciocínio! Só para fazer esta observação: como é ruim, Luiz Claudio Romanelli, se alguém está no microfone e o outro, ao lado, fica conversando paralelamente!

O SR. LUIZ Claudio ROMANELLI (PMDB)

Obrigado pelo pito, Exa.!

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Não, não é pito nenhum, quem sou eu para dar pito. Só para lembrar que quando nós ocupamos o microfone, V. Exa. fica sempre buzinando no nosso ouvido.

Presidente Nelson Justus, eu ia falar sobre o Partido Democrata, mas antes eu gostaria de colaborar com aquilo que o Deputado Reni Pereira levantou, com muita propriedade e com conhecimento absoluto dos fatos, que envolve a situação econômico-financeira e aquilo que foi motivo da Audiência Pública na última quarta-feira. V. Exa. levantou, com muita propriedade, a questão do crédito que o Governo tinha e que lançou o crédito na planilha para fechar seu caixa no dia 31 de dezembro. E, naquela planilha, na verdade, e V. Exa. levantou na Audiência Pública a questão dos 227 milhões de reais que foram usados para fechar o caixa. E se pegarmos os 227 milhões, pela engenharia contábil que a Secretaria da Fazenda fez, teríamos não um superávit de doze milhões, mas sim um déficit de caixa de 215 milhões de reais. E, naquela tribuna, V. Exa. disse que o Diretor da Secretaria, a quem respeito como profissional, estava embasado numa resolução de Brasília. Aí, V. Exa. pediu que fosse enviado a esta Casa. Até hoje não veio.

Só quero lembrar ao Deputado Nelson Justus, pedimos também na Audiência Pública, além desse documento que o Deputado Reni Pereira pediu, também solicitamos que fosse enviado ao nosso gabinete; hoje é quinta-feira, faz oito dias; no meu gabinete ainda não chegou.

Pedimos que a Secretaria da Fazenda nos enviasse em que época foram pagas as dívidas que constavam naquela planilha, em que época, em que ano foram pagas. O Secretário, Dr. Nestor Bueno, disse que nos enviaria.

Não chegou. Mesma coisa a planilha da saúde que também não chegou ao nosso gabinete.

Solicitamos também, e eles assumiram esse compromisso, que enviassem ao nosso gabinete quanto o Estado havia gasto em 1994 inclusive, até 1996 inclusive, com a folha de pagamento em relação à sua receita tributária corrente líquida, para cumprir esse dispositivo.

Só esperamos que a Casa então possa - se não vierem até a próxima semana essas informações - solicite e assim proceda para que o Deputado Reni Pereira possa receber as informações e nós também.

Eu iria falar sobre o Partido Democrata, mas vou falar no horário da Liderança do PFL que também estava inscrito.

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sugiro a V. Exa. que use o horário do PFL porque já passamos ao Horário das Lideranças.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

É que tem os outros Partidos na nossa frente.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Nobre Presidente, o PFL não tem mais horário, está cassado o horário do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Realmente. PMDB, Deputado Waldyr Pugliesi.

### ***Liderança do PMDB: Deputado Waldyr Pugliesi***

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna por algumas razões. Uma delas, é que ontem quando falava a respeito da decisão do Tribunal Superior Eleitoral e fui cobrado pelo Líder do PT quando afirmei que 41 Srs. Parlamentares tinham se banido para o PT, não é isso que gostaria de ter dito, houve um equívoco da minha parte. Na realidade, esses Deputados passaram a fazer parte da base de sustentação do Governo Lula.

Mas, Sr. Presidente, fiz essa corrigenda e gostaria de dizer o seguinte: lembro-me aqui, Presidente, do poeta Thiago de Mello, quando ele dizia que nós deveríamos ter o direito de transformarmos cinzentas manhãs de terça-feira em ensolaradas manhãs de domingo. Estou dizendo, porque vi e vejo que muitos Parlamentares não gostam das Sessões das quintas-feiras. Muitos não só não gostam, como aqui não comparecem.

Lembro-me, Sr. Presidente, que quando cheguei pela primeira vez, aqui na Assembléia Legislativa do Paraná, as Sessões se realizavam, inclusive, nas manhãs

dos sábados, porque os Deputados tinham trazido as Sessões dos sábados à tarde, para as manhãs dos sábados. Sexta-feira à tarde e pela manhã, quinta-feira à tarde e pela manhã. Acho que essas coisas não são fundamentais.

Poderíamos aproveitar a Sessões das quintas-feiras e não fazer cobrança a ninguém e discutir politicamente as coisas. Vejo, aqui, Parlamentares dizendo o seguinte: "Não vamos fazer uma discussão política desse assunto". Esperem! É o discurso, é a posição política que vai achar a solução para o problema da saúde. É o discurso, é a posição política que faz com que - eu, por exemplo, como membro do Governo Requião, na Secretaria dos Transportes - tenhamos a oportunidade de fazer um grande programa de restauração das estradas paranaenses.

Elio Rusch, V. Exa. que estava dando um pito, como identificou o nosso Romanelli, agora, age da mesma maneira. Precisamos acabar com estas coisas nesta casa. Eu nunca vi os políticos batendo na política. Ontem, falei aqui e volto a repetir, se as leis não forem impostas para as organizações partidárias, vamos continuar tendo partidos que são verdadeiros motéis, onde todos entram e saem à hora que bem entendem.

Estou, juntamente com o Líder do PT, propondo à Assembléia, para que dirijamos um voto de louvor aos Ministros no TSE, por essa posição sinalizadora. Sou Parlamentar, fui constituinte e sei que as leis são feitas no Legislativo e não cabe ao Judiciário legislar. Mas acolho, aplaudo e defendo a posição que os Ministros do Tribunal Superior Eleitoral tiverem. Logicamente, se essa questão for para o Supremo, acredito que este vai reafirmar a decisão do Tribunal Superior Eleitoral, porque Ministros que estão no TSE fazem parte também do Supremo Tribunal Federal.

Os Deputados, Sr. Presidente, estão se movimentando naquilo que poderíamos dizer: queremos ter direito de trair, porque a legislação modificada acaba com o artificialismo e a traição. Eu poderia dizer: pelo menos sejam fiéis na política, para alguns.

Vemos, aqui, que nós políticos não podemos nos amesquinhar. Não temos que ficar de joelhos diante de ninguém, com vergonha, como muitos, de dizerem que são políticos. Mas como é que essas coisas acontecem? Tem gente que entra na política, Sras. e Srs. Deputados, para quê? Aquilo que o Veneri falou: para se arrumarem. E nós, muitas vezes, não colocamos o bisturi no tumor para jogar o pus para fora e na política é isso. Agora, vejo defensores da fidelidade partidária. Como? Como é possível isso? São verdadeiros caras-de-pau!

Sou alguém que desde a primeira hora que tive consciência, entrei na luta para mudar as coisas neste país, fazendo a minha parte, a minha pequena parte talvez, mas fiz. E via Srs. Deputados, gente que se enfiava embaixo da cama, acovardados diante da ditadura militar, transformarem-se da noite para o dia em arautos da liberdade, da justiça social, quando a ação deles, de maneira constante e permanente, só foi defender o privilégio.

Olha, não podemos perder de vista que fazemos parte de uma sociedade branca e elitista, que com sua atuação contamina tudo - os mestiços são discriminados e as mulheres são discriminadas. Lembro-me, Sr. Presidente, há muitos anos atrás, que eu entrando em um canal de televisão para dar uma entrevista, deparei-me com uma determinação da ditadura militar: é proibido falar sobre isso, sobre aquilo, sobre sindicalismo e essa coisa toda. Sabem o que eu fiz? Arranquei aquela determinação da ditadura militar. Foi a minha ação. Tem gente que fala: mas o que isso gerou?

Gerou que meia dúzia de pessoas viram que nós não tínhamos que ficar submetidos a essas determinações: “Bom, se você quiser avançar um pouco, falar que o Waldyr defendeu a liberdade de imprensa”: E gente que não fez outra coisa a não ser o acumpliciamento dessas questões, aparecem aí como os defensores disto e daquilo.

Estou relembando essas coisas, porque eu gostaria que as coisas mudassem mesmo. Aliás, hoje um importante jornal, a Folha de São Paulo, já faz um editorial se colocando contra a decisão do Tribunal Superior Eleitoral. Sei do apego do jornal às questões legais. É aquilo que falei no começo: compete ao Legislativo legislar e não ao Poder Judiciário. Mas, tem Deputados lá em Brasília que já querem ter o direito de continuar traindo. O que ele querem? Querem fazer uma lei que possa tornar inócua aquela sinalização do Tribunal Superior Eleitoral. Olha, não engano a mim mesmo e sou o que eu sou. Considero-me um democrata e curvo-me às posições de quem quer que seja, mesmo que elas sejam tremendamente equivocadas - reservo-me o direito de combatê-los, que foi aquilo que fiz na minha vida.

Mas, espera lá! Nós queremos uma reforma política, nós queremos uma reforma partidária e quando se faz essa sinalização com toda a clareza, já vem um grande jornal do país defendendo uma posição diametralmente oposta àquela que foi tomada pelo Tribunal Superior Eleitoral. Logicamente que aqueles que lutam para o mandato seja o Partido e não daquele que eventualmente foi eleito, sentem-se enfraquecidos com essas posições.

Então eu, através da Bancada do PMDB, e o Welter, através da Bancada do PT, estamos até propondo um voto de louvor ao Tribunal Superior Eleitoral, porque a coisa é a seguinte: se você quer mudança, você tem que propor a mudança e você tem que trabalhar para a mudança, senão caímos no vazio, se faz um discurso, é aquilo que foi o meu começo de pronunciamento aqui, porque o discurso, muitas vezes, é que vai sinalizar a ação que o Governo vai tomar mais lá na frente para você corrigir aquilo que precisa ser corrigido.

Então, vejo muitas vezes as lamentações como fez o Deputado Elio Rusch que eu sou alguém que bato duro, mas eu fico fazendo ironia, muitas vezes a ironia é ferina, muitas vezes derruba os maiores argumentos de quem quer que seja.

O Romanelli é meu companheiro, meu amigo. Outro dia fiz uma sibilina inserção no discurso de um companheiro e ele ficou extremamente irritado, não está me olhando na cara até hoje. Mas escuta, o cara, o homem, a mulher que não ironizam a si mesmos, que não batam em si mesmos, não têm o direito de bater nos outros. Eu sou um cara que tenho autocrítica, eu faço uma autocrítica feroz. É por isso que cada um de nós tem o seu caminhar próprio, as suas convicções próprias e nós devemos receber as posições de todos os outros com grandeza, aceitando o confronto, esta coisa toda que faz a beleza da democracia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PSDB com o palavra.

(Declina)

Democratas: Com a palavra o Deputado Elio Rusch.

### ***Liderança dos Democratas: Deputado Elio Rusch***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Deputado Waldyr Pugliesi, longe de eu querer dar pito em qualquer Deputado, nunca fiz isto e não é do meu feitio. Eu apenas lembrei ao Deputado Romanelli, quando fui a essa tribuna, das conversas paralelas que sempre surgem atrás, quando se está no microfone. Quer queira, quer não, isto atrapalha sim. Eu só lembrei ao Romanelli quando vim à tribuna, daquilo que ele faz conosco quando estamos no microfone.

Então, longe, Deputado Waldyr Pugliesi, de eu fazer minhas lamentações, porque quem sou eu, porque cada um é dono do seu mandato aqui na Casa. São 54 Deputados. Ninguém é mais e ninguém é menos. Ninguém chegou aqui por acaso. Quem chegou aqui na Assembléia e exerce o mandato de Deputado tem o respaldo popular, independente se é PT, PMDB, Democrata, PSDB, PPS, não nos interessa. Agora, o que tem que existir, sim é o respeito.

Mas eu disse antes que eu viria a esta tribuna, como eu fiz na última segunda-feira. Eu estive aqui na segunda-feira nesta mesma tribuna e disse que seria pela última vez que eu iria usar o horário da Liderança do PFL, porque na quarta-feira, aconteceu ontem, o Partido, o PFL mudaria o seu nome para Partido Democrata a partir de ontem, e hoje não temos mais o PFL, mas temos os Democratas no Brasil. E por quê? Já fiz referência na segunda-feira e não preciso repetir o que eu disse. O antigo PFL tinha um compromisso, sim, com o Brasil. Houve uma ala, um grupo dentro do PDS que não concordou mais com o regime militar. Houve os dissidentes do PDS em 1984 que foram procurados pelo Tancredo Neves para formar a Nova República e o compromisso do Tancredo Neves com a Frente Liberal, que não era Par-

tido, mas era a Frente Liberal, em 1984, formaram então a Nova República, com o compromisso que esta seria a última eleição indireta para Presidente da República. Em 1985 a Frente Liberal se tornou um Partido, diante da situação em que o Brasil vivia, naquele momento. Esse compromisso foi cumprido, hoje não existe mais uma Frente, existe um Partido consolidado. Temos, cada vez mais, que consolidar a democracia e o Partido Democrata que surgiu ontem, hoje oficializado no Brasil, tem um compromisso com o desenvolvimento do nosso país, tem um compromisso com a liberdade e tem um compromisso com a justiça social do nosso Brasil, respeitando os Poderes, mas acima de tudo fazendo com que o país possa se tornar, cada vez mais, auto-suficiente na sua economia.

O Partido Democrata, antes de começar a campanha, já está dizendo qual é a linha que vai seguir e não espera, Deputado Nelson Justus, para seguir a orientação dos marqueteiros para lhe dizerem o que é preciso fazer para ganhar a eleição. Os Democratas vão, a partir de hoje, mostrar para a sociedade do Brasil qual é o caminho que entendemos ser o mais viável para o desenvolvimento do nosso país.

Quero deixar claro aqui na Assembléia Legislativa que esta decisão que aconteceu anteontem, no anoitecer, noite adentro já, no TSE, Deputado Waldyr Pugliesi, esta foi uma consulta dos Democratas hoje, ontem PFL, quem fez essa consulta não foi o PMDB nem o PT, quem fez essa consulta foram os Democratas, ontem PFL. O PFL, que não existe mais, sempre defendeu a fidelidade partidária, nós sempre fomos contra o troca-troca. O PFL sempre colocou a cara para bater e foi mais além, foi o único Partido do Brasil que entrou na Justiça, no TSE e fez a consulta, a exemplo daquilo que o PDT fez em relação a verticalização das coligações e quem interpretou foi o TSE, uma consulta feita pelo PDT com base na legislação! A mesma consulta feita agora ao TSE sobre o troca-troca de Partido foi o Democrata hoje, com base numa legislação! Ora o TSE não vai legislar, o Supremo não legisla, mas interpreta a lei.

Quem faz a lei é o Poder Legislativo, quem fez a lei foi o Congresso Nacional e cabe a qualquer Partido fazer uma consulta sobre a interpretação da legislação. Quem fez a consulta fomos nós! Por essa razão nós não aceitamos, como já disse na outra vez, o ex-PFL, hoje Partido Democrata, nunca aceitou e não aceita a pecha que queriam meter na nossa testa de Partido fisiológico! Foi a Frente Liberal, depois Partido da Frente Liberal junto com Tancredo Neves, com a Nova República que instituíram as eleições diretas! Na primeira eleição direta, o PFL teve candidato próprio à Presidência da República; na segunda eleição o PFL, coligado com o PSDB, com candidatura própria; na terceira eleição o PFL com candidatura, coligado com o PSDB. Não tivemos em 2002, Srs. Deputados, porque nossa candidata, Roseane Sarney, que hoje está no PMDB, foi massacrada pela imprensa por dinheiro que encontraram numa das empresas dela

dizendo que era dinheiro suspeito. O PFL em 2000 não disputou eleição nenhuma e liberou o Partido para apoiar quem quisesse. Quando o Lula ganhou e o PFL, na época, nunca concordou com a ideologia do PT, foi o primeiro Partido e único que foi oposição ao Lula, o único, depois veio o PSDB e outros Partidos. Foi oposição ao Lula no primeiro mandato, é oposição ao Lula no segundo mandato, mas é o Partido Democrata a nível nacional que defende o direito da legislação.

Nós vivemos um novo momento no quadro político do Brasil. Todos os Partidos, ao menos aqueles que se dizem democratas, se dizem defensores da fidelidade partidária, mas quem efetivamente foi à Justiça e pediu a interpretação, foram os Democratas, ou seja, o PFL, até ontem. Por essa razão, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é que ocupo este espaço reservado aos Democratas. Pela primeira vez na Assembléia Legislativa está sendo usado e faço este registro com muita propriedade, esperando que a Justiça faça cumprir a legislação que nós temos no país. Não podemos admitir jamais que os Partidos continuem sendo usados como Partidos de aluguel. Isso nós não concordamos e espero que todos os Srs. Parlamentares também entendam da mesma forma.

Concluo, Sr. Presidente. Lamento, Deputados Caíto Quintana e Jocelito Canto. Não lhes cedi aparte por falta de tempo.

O que é que os Partidos que se sentem prejudicados com essa decisão do TSE estão argumentando? Dizem que vão ao Supremo. Dos seis votos a favor da consulta dos Democratas, três Ministros são do Supremo e os três votaram a favor da fidelidade partidária, que a fidelidade seja do Partido e que não seja apenas do Parlamentar. Sempre defendi e continuo defendendo a fidelidade partidária. Não é possível que continuemos a viver nessa onda de troca-troca de Partido como vivemos até hoje. Peço desculpa e com toda certeza este é um tema palpitante, Deputado Caíto Quintana, V. Exa. que foi relator da nossa Constituição do Estado do Paraná, na semana que vem poderemos travar muitos debates sobre isso.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Peço registro na Ata dos trabalhos, da visita honrosa do Sr. Prefeito de Londrina, Sr. Nedson Micheletti e dando as boas-vindas.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado.

Ainda no Horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Elton Welter.

### ***Liderança do PT: Deputado Elton Welter***

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, também quero registrar a presença do nosso Prefeito de Londrina, Nedson Micheletti. É uma

honra recebê-lo aqui. Também o Vereador de Sarandi, Claudio Vitorino e advogado e companheiro de Partido do Município de Umuarama, Sérgio.

Sr. Presidente e Srs. Deputados. Como Líder do PT, vim para esta Casa reeleito e desde que eu entrei no PT, único Partido que estou, acredito que é no debate político com profundidade, que os Poderes, se articulando de forma harmoniosa, podem exercer plenamente e atender o interesse do povo.

O Poder Legislativo ao qual pertença - vim para cá com uma expectativa de que teria tudo, teria aqui os melhores assessores jurídicos, corpo técnico, melhores assessores nas áreas de saúde, seja lá onde for - confesso que foi uma frustração para mim, com todo o respeito a quem aqui trabalha e precisamos montar, através dos gabinetes, toda essa estrutura. Olhe que ser Democrata, Deputado Elio, é muito difícil. Eu vou contar um exemplo que eu tive como Líder de Bancada, respaldado por todos os meus companheiros, quando nós resolvemos democratizar o processo de seleção dos profissionais contratados pela Bancada, lá na Liderança da Bancada. Foi um tiroteio. Isso nós democratizamos. Fizemos um processo seletivo e houve uma crítica generalizada que nós estávamos querendo criar uma expectativa tola.

Veja só, se as Bancadas adotassem esse método, tenho certeza que melhoraria a atuação das Bancadas. Hoje eu não tenho dúvida que ser democrata - eu me considero um democrata - não é fácil. Querer realmente socializar a informação, debater com a clareza devida, ou pegar várias questões que acontecem aqui nesta Casa.

Semana passada, derrotamos aqui um projeto que criava a Região Metropolitana de Cascavel. Estavam discutindo a política de implementação, de desenvolvimento integrado das regiões do Estado, não só de Cascavel. Derrotamos o projeto. Teve aqui iniciativas como essa, com projeto de lei, que nem é competência desta Casa. A meu ver, essas iniciativas nem deveriam tramitar na CCJ, quando é flagrantemente inconstitucional. Essa é a minha posição. Mas, vamos fazendo concessão e passamos a ser intransigentes com os companheiros da Assembléia, passamos a ser o chato, vamos assim dizer.

Temos como estabelecer um método adequado aqui, para valorizarmos este Poder. Eu sonho com isso, ainda. Eu gostaria que isso acontecesse, além de tantos outros assuntos que devem ser debatidos. O Parlamento é para isto. Eu não tenho dúvida, que são os finais das posturas políticas do Parlamento que dão direção para o Executivo. São as leis que votamos aqui que dão respaldo para implementar políticas públicas. São as leis que votamos ou tomamos iniciativa aqui que sinalizam como vai ser o Orçamento do Estado. O que tem de leis inócuas, é uma coisa impressionante. Para quê servem essas leis? Tem muita lei inócua e com o respaldo do Parlamento. Como é que não conseguimos ajustar um método adequado? É um desafio! Estou desabafando aqui, porque vim para cá com uma expectativa. Fui reeleito e sou criticado com dureza muitas vezes, pelos próprios compa-

nheiros, por querer estabelecer um método onde o Poder Legislativo consiga ter mais respeito, inclusive da imprensa e da sociedade.

Eu também defendo, Deputado Elio Rusch, a fidelidade partidária. Aliás, foi uma boa iniciativa do seu Partido Democrata. Hoje, estamos com o requerimento que vai ser votado. Estamos aplaudindo o TSE por essa decisão.

Esperamos que haja a reforma política. Esperamos que as lideranças partidárias, na convenção, os Deputados Federais votem uma reforma política decente. Não temos dúvida que o Poder Legislativo só será valorizado ainda mais, quando estabelecermos o conjunto de ações que mereça de fato esse respeito da sociedade. Nós vemos, percebemos que há uma crítica generalizada sempre quando se fala, por exemplo, agora qual é a temática nacional: "Os Deputados, novamente, vão subir o salário". É notícia para o Brasil inteiro e para o mundo.

### **O Sr. Augustinho Zucchi (PDT) (Aparte)**

Comungo da sua preocupação de buscarmos alternativas para que projetos que sejam transformados em lei, aqui na Assembléia, possam ter efeito na sociedade, enfim, aquilo que realmente é nossa função, aqui. E V. Exa. fala da decisão do TSE, eu ouvi o discurso do Deputado Waldyr Pugliesi, sempre com muita veemência, acho isso importante, porque talvez nós tenhamos que dar um pouco mais de ouvidos para a sociedade. O próprio Tarso Genro, há pouco tempo atrás, foi ele que numa declaração bombástica disse que não precisava mais da reforma eleitoral. Foi um dos temas mais debatidos durante a eleição. Passou a eleição, e parece que o Congresso esqueceu disto. Agora, fomos puxados a raciocinar sobre isso pelo TSE, e tem razão o Deputado Waldyr Pugliesi. Eu lembro que quando o Governador Roberto Requião ganhou a eleição, o PMDB elegeu cinco, seis Deputados. Acabou a legislatura com quinze. Todos, creio que com suas justificativas, muitos, inclusive, com afinidades ideológicas com o Partido.

Então, é preciso estabelecer uma discussão, sempre, no Parlamento. Nós precisamos dar ouvidos para a sociedade. Agora, se não quisermos todos os dias ouvir desaforos da sociedade, é só não deixar passar a eleição e enterrar aquilo que ouvimos durante a eleição. Quer dizer, temos que reagir. O Deputado Caíto Quintana fala sempre que é preciso reagir diante daquilo que está acontecendo com a classe política. Como se nós caíssemos do céu! Nós somos fruto exclusivo da sociedade! Se tem "picareta" no Congresso Nacional, como disse o Presidente Lula, uma vez, é porque também na sociedade tem-se prática da "picaretagem". Esta é a realidade.

Então, é preciso restabelecer nossa ligação com a sociedade e trabalhar no sentido de haver entendimento daquilo que pensa a sociedade, na transformação dos projetos importantes.

Desculpe, sei que tomei vosso tempo, mas acho importante seu pronunciamento.

**O SR. ELTON WELTER (PT)**

Há uma decisão política tomada pelo Presidente do Congresso Nacional, Deputado Arlindo Chinaglia, que esta temática da reforma política deva tramitar e ser votada. O que esperamos, nós do PT, é que as Lideranças, independente de Partido, entrem num acordo de se estabelecer uma reforma política que resgate as prerrogativas da fidelidade partidária, de que o cidadão que sai do Partido, eleito, fica no Partido e que tenha compromisso de decisão de Bancada. Isso é fundamental para que as votações do Congresso Nacional, e também os Partidos tenham força como principal ferramenta, que não atendam o interesse individual. E nós esperamos que esta reforma política aconteça.

Queria falar sobre a questão dos salários. Isso, inclusive, é bom para a imprensa. Há uma crítica generalizada toda vez que se fala disso. Existe uma lei que estabeleceu o teto para os Ministros do Supremo. O Presidente Lula recebe oito mil. Tem, hoje, nos jornais: “poxa, vão subir 86% o salário do Presidente”. Tem que noticiar assim, acho que sim. Mas, vejam bem, se o Presidente da República não pode receber o teto, quem pode?

Esta questão é uma hipocrisia. Por favor! Não dá para entender. Não se politiza discussão neste país. Parece que se joga o tempo todo, para aquilo que ofende a classe política. E eu me entendo como político com “P” maiúsculo! Não vim aqui para ter benefícios pessoais, vim aqui para trabalhar, votar, fazer leis justas e fazer com que o Estado melhore. E tenho coragem de falar isso! Não quero me furtar, porque a crítica sempre é bem-vinda, mas é um horror quando não se discute como deveria ser discutido, quando não se noticia aquilo que de fato é importante.

Então, queremos que esta Casa, Deputado Waldyr Pugliesi, V. Exa. que puxou esta temática da discussão política, possa fazer. Até pode ser na quinta pela manhã, como V. Exa. sugeriu, que se façam debates políticos, que quando tem em pauta na Assembléia projetos flagrantemente inconstitucionais, que nós nos posicionemos e votemos contra. Este projeto que está aí, hoje, o primeiro item da pauta, obriga a construir banheiros nas concessionárias. Por favor, não dá! Votamos favoráveis em um assunto destes? Tem que votar contra um projeto destes, porque no meu entendimento, não deveria nem tramitar, nem indispor a Comissão de Constituição e Justiça, que muitas vezes não quer ficar “de mal” com o companheiro que tomou a iniciativa.

Portanto, temos muito o que aprender juntos. Eu não quero ofender companheiro nenhum fazendo este tipo de pronunciamento. Mas, está na hora de buscarmos um método adequado. Acredito que o Congresso Nacional, nas suas Comissões Permanentes, e o processo legislativo quando tramita, os projetos que vão para a pauta são projetos que realmente merecem atenção para serem julgados e avaliados.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (Pela Ordem)**

Gostaria de registrar a presença dos Vereadores de Flor da Serra do Sul, Paulinho, Presidente da Câmara; Honório e Aquilino de La Valle, que assistem nossa Sessão.

Muito obrigado pelas presenças.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Devidamente registrado. Sejam bem-vindos, Srs. Vereadores.

**O SR. RUI HARA (PSDB) (Pela Ordem)**

Queria fazer o registro, hoje, dos 314 anos do Município de Curitiba, aniversário de nossa cidade.

Em segundo lugar, queria fazer um convite a todos os Deputados: este final de semana a Associação Cultural e Beneficente Nipo-Brasileira de Curitiba estará realizando o Hana Matsuri, a festa do nascimento do Buda, na Praça do Japão, que será no sábado e domingo, o dia todo. Então, os Srs. Deputados que estiverem em Curitiba estão convidados a, junto conosco, estarem saboreando uma deliciosa comida japonesa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

***Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati*****O SR. ANTONIO BELINATI**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje é quinta-feira, está um céu bonito, um céu de brigadeiro - céu de brigadeiro é chamado na aviação, quando o tempo está de primeira, para agradar o comandante da aeronave. E é de se lamentar que numa quinta-feira de um céu bonito, um sol brabo até, olhamos o Plenário e vemos que não tem nem a metade dos Deputados. Tem Deputado que acabou de ser eleito, nem esquentou o bumbum na poltrona e já está “matando” o serviço.

Vou tomar a liberdade, Sr. Presidente, ainda que isso seja deselegante, meu querido líder do Norte do Paraná, Waldyr Pugliesi, vou pedir votação nominal de uma das matérias para mostrar quem é que está “matando” o serviço. Esta história de alegar que está atendendo as bases, espera lá! Deputado tem quinta a tarde, quinta a noite, sexta o dia inteiro, sábado, domingo, feriados, para correr suas bases. E aí “mata” o serviço aqui, e diz que está atendendo suas bases. Se não está fazendo o serviço direito aqui nesta Casa, será que lá no interior de fato ele está atendendo seus eleitores?

Então, não é justo, Sr. Presidente, que muitas vezes levamos bordoadas da imprensa, que está correta, de criticar este cenário que constantemente é mostrado, de Assembléias, de Câmaras de Vereadores, do Congresso Nacional, com a grande ausência dos Parlamentares em dia de trabalho. Por isso é que vou pedir votação nominal,

para constar em ata quem apareceu para trabalhar e quem está se coçando, quem está ausente do trabalho.

Também quero dizer a V. Exa. que estamos encaminhando, para apreciação desta Casa, um projeto tornando obrigatória a presença da Polícia Militar do Paraná a usar pelo menos um terço do seu efetivo em serviço, em módulo policiais. Eu sou do tempo - ou seja, idoso - que havia guarda, guarda urbano, que os moradores pagavam, o guarda passava a noite toda apitando pelas ruas, o morador pagava até baratinho, e não havia tanta violência. Tivemos o fim da guarda urbana, vieram os módulos policiais, não sei quem foi o “cabeça oca”, o atrapalhado que resolveu prestar esse grande desserviço à segurança pública, acabando com o módulo policial.

Está a imprensa toda noticiando a violência que está sendo praticada até dentro de escolas: professor apanhando de adolescente, Diretor apanhando, carro sendo apedrejado. Ontem, um carro da Polícia Militar foi apedrejado. Agora, se o módulo policial estivesse no bairro, com policiamento ali, será que não iria inibir a ação desses vândalos, dessas pessoas agressivas, violentas?

Hoje, Sr. Presidente, muitos têm medo de ficar dentro de casa e serem assaltados; muitos têm medo de sair de casa e serem assaltados; tem mãe que fica no portão, na varanda, na janela de casa rezando, orando pela vida da filha ou do filho que foi estudar, foi namorar, com receio de uma violência. Um casal de namorados pára na porta do prédio para dar um “amasso”, vêm os bandidos e acabam amassando o casal de namorados. Isso está acontecendo nas grandes cidades. A violência está gritante, a população inquieta e assustada com essa onda de violência.

Pedimos, vemos que é preciso a volta dos módulos policiais, mas enquanto não for estabelecido e determinado por lei que é obrigatório ter módulo policial, vamos ficar “chovendo no molhado”, vamos ficar pedindo, pedindo, pedindo e não vai acontecer absolutamente nada. Por isso, acho que é extremamente importante que este projeto que estou apresentando seja aprovado, pois assim a Polícia Militar é obrigada - agora é obrigando, já que não fizeram num apelo dos Parlamentares - a deslocar, destacar no mínimo 1/3 do efetivo para os módulos policiais. Então, não vai atrapalhar a vida da Polícia Militar, porque ela vai ficar ainda com 2/3, ou no quartel ou em outros tipos de serviço.

O projeto obriga a Polícia Militar a utilizar pelo menos 1/3 do seu efetivo instalado em módulos policiais nos bairros, onde está a população, onde está o povo apavorado e assustado com um dos maiores índices de criminalidade de toda nossa história.

#### **O Sr. Jocelito Canto (PTB)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Belinati, só para ilustrar seu pensamento e sua oportuna participação, o projeto dos módulos foi retirado pelo atual Governo, ao qual o senhor intitulou dando aqueles adjetivos todos.

Há um entendimento do Governo de que os módulos estão superados porque o módulo policial é fixo, ele fica fixado e detém um, dois e até três policiais no módulo. Um policial não pode ficar sozinho no módulo. Então, oficialmente, tem que ter pelo menos dois policiais no módulo ou, no mínimo, três porque um tem que guiar a viatura e se dois saírem, um ou dois têm que ficar no módulo. Então, precisa, no mínimo, cinco policiais num módulo policial para poder atender uma ocorrência.

Criou-se, num estilo moderno, essa história do módulo volante, ao invés de ser fixo, ou seja, aquele Projeto POVO, em que o carro anda pelas ruas e não fica parado como o módulo. O módulo é tido, neste atual Governo, como parado e acaba não cumprindo sua função, porque em determinados momentos, o carro volante tem mais agilidade, ele roda pelos bairros, roda pelos lugares e inibe mais a participação dos bandidos. Então, essa é a diferença dos módulos.

Claro que os módulos têm aquela questão que V. Exa. coloca, psicologicamente, de que ali tem policial. Também há esse entendimento, mas este Governo entende que o policial dentro do Projeto POVO gira, não fica fixo naquele local, e dá mais agilidade e melhor atendimento às pessoas. Esse é o entendimento do Governo. Agora, há Governo que entende ainda - e V. Exa. parece ser um deles - que o módulo é mais eficiente parado do que o carro rodando. Era isso que eu queria contribuir com seu pronunciamento.

#### **O SR. ANTONIO BELINATI (PP)**

Obrigado, Deputado Jocelito Canto.

Imagine quanto que se gasta de combustível... Aí, de repente, você chama o policiamento, ele está no Parolim e a violência está sendo praticada na Água Verde, em outro ponto distante. De vez em quando, vemos populares reclamando que estavam sendo vítimas de violência, ligaram, a polícia informou que não tinha combustível ou o pneu estava furado, ou levou quase uma hora para chegar ao local da ocorrência. Por isso, acho fundamental a volta do módulo policial. Vamos defender que esse projeto seja aprovado, no sentido de se devolver a segurança que a população está reclamando e que está cobrando também de nós Deputados, e com razão.

Tenho a impressão que cada Deputado quando chega na sua base, a repórter quando vem fazer a entrevista, um dos itens prioritários na matéria é o item Segurança. As pesquisas que estão sendo feitas, até em nível nacional, tem mostrado que muitas vezes o fator segurança está em primeiro lugar dentre os itens reclamados pela população. Apontam a segurança como o setor mais falho e mais crítico e que exige melhorias por parte das autoridades.

Sr. Presidente, para terminar, estou até acanhado aqui, que tem uma matéria na Folha de São Paulo, minha especialidade não é falar palavrão e a Folha de São Paulo trouxe uma matéria que retrata a falta de respeito de algumas operadoras de telefonia móvel com os clientes.



Aqui tem o caso de uma moça de 21 anos que ligou para a TIM, reclamando que a sua conta telefônica veio muito alta. Mais de setecentos reais, quando ela tinha feito uma assinatura de um plano popular.

Pasmem os senhores: a Folha de São Paulo não usou abreviatura para mencionar esse ocorrido. Quem, atendeu a reclamação, ao invés de tratar a moça com respeito, é uma cliente da empresa, em vez de ir verificar se a cliente estava com a razão, o funcionário se irritou e bateu no computador - fico até sem jeito, não sei se leio ou não o que veio na conta seguinte desta moça. No mês seguinte e no mês subsequente, em vez de colocar o nome da moça no talão, me perdoem, está na íntegra, recebeu o carnê com a nova cobrança e em vez de um pedido de desculpas,...

Lembro-me, que um dia estávamos no Japão, Deputado Rui Hara, e quando chegamos na recepção do hotel, o recepcionista derrubou alguma coisa na roupa da Emilia. E, mal preenchemos a ficha do hotel, quando chegamos no apartamento já tinha uma bandeja de frutas, um cartão todo delicado da gerência do hotel pedindo perdão pelo pequeno incidente.

Assim deveria ter procedido a TIM. Se não quisesse mandar uma bandeja de frutas, que mandasse pelo menos um cartão pedindo desculpas. Ou comunicar educadamente: "a sua conta está correta. A senhora vai ter que pagar os 721 reais que estão na fatura.

Não, chega o mês seguinte, o que a moça recebe? Trocaram o nome dela. Perdoem-me, Srs. Deputados, mas não tenho como mudar o que está escrito: "Filho da puta que pariu". Perdoem-me o palavrão, está na Folha de São Paulo. Será que isso é maneira de tratar um cliente de uma empresa do porte da TIM, que é internacional?

Isso exige, Sr. Presidente, que o Governo, através do seu órgão fiscalizador da TIM e das demais operadoras de telefonia celular, que hoje é o maior meio e instrumento de catar o dinheiro até do pobre - porque o pobre da favela está com o seu telefone celular - milhares de telefones cortados, porque se não pagaram, eles cortam. Hoje, o maior caça-níquel que tem no Brasil, é o telefone celular, que inegavelmente passou a ser um instrumento de trabalho.

O que ocorreu com essa cliente da TIM, Sr. Presidente, mostra o quanto o Governo está sendo "mole" e o quanto as autoridades do Governo estão sendo negligentes. Porque caberia, aqui, uma punição rigorosa. Não é apenas a cliente pedir indenização moral pela ofensa, mas caberia também ao próprio Governo punir a TIM e as demais operadoras que faltarem com o respeito a seus clientes.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

O Deputado Teruo Kato solicita que informemos à Casa que ele não está nesta Sessão e estará ausente também nas outras, porque está se submetendo a pesquisa

médicas. Ele está fazendo exames necessários à sua saúde.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Obrigado.

Bloco PPS/PMN.

Concedo a palavra ao Deputado Marcelo Rangel.

### ***Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)***

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Serei extremamente breve, mas o assunto é de extrema importância. Eu gostaria de fazer um convite aos Srs. Deputados, aos nobres Pares, à imprensa, principalmente, para a audiência que vai acontecer nessa segunda-feira, aqui, na Assembléia Legislativa do Paraná.

Essa Audiência Pública é relacionada à ameaça e fechamento de quase cem creches comunitárias, só aqui na Região Metropolitana de Curitiba. São centenas de creches comunitárias, que poderão ser fechadas em todo o Estado do Paraná. Se aqui em Curitiba, na região metropolitana, o fechamento dessas quase cem creches pode acarretar prejuízo para cerca de 10.000 famílias. Fiz um cálculo, meio por cima e esse número no Paraná pode chegar até 50.000 crianças, que poderão ficar desassistidas. É um assunto de extrema importância. São crianças carentes que são assistidas pela creches comunitárias. Essa preocupação me levou a propor uma Audiência Pública, para a discussão do assunto, aqui, na Assembléia. Esse encontro está marcado para segunda-feira, dia 2 de abril, às 09h00, no Plenarinho da Assembléia.

Eu gostaria de fazer o convite ao Deputado Péricles, que é Presidente da Comissão de Educação e aos Deputados que fazem parte desta, para que possam acompanhar, porque é de extrema importância.

Nessa audiência, Sr. Presidente, vamos discutir os problemas que as creches estão enfrentando - infelizmente, elas não serão contempladas pelo Fundo de Manutenção de Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, que entra em vigor este mês. Vamos também abordar o debate, sobre as novas regulamentações, da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social; ASSOAS - Política Nacional de Assistência Social.

Acredito que é preocupação de todos os Parlamentares, porque precisamos fazer imediatamente esse encontro, para pelo menos termos subsídios, para propormos alternativas, para que essas creches não venham fechar realmente. É somente um convite a todos os Deputados, à imprensa e ao Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

### ***Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)***

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, e Srs. Deputados.

A Sessão de hoje foi atípica para uma quinta-feira, mas não poderia deixar passar aqui a oportunidade de registrar e chamar a atenção das Sras. Deputadas, dos integrantes da nossa Casa e especialmente do Líder da Oposição, o Deputado Valdir Rossoni. Deputado Valdir Rossoni, recebi hoje aqui a visita do ex-Secretário de Obras Públicas do Estado do Paraná, Luiz Caron, e ele me traz documentos, pastas contendo detalhadamente cada uma daquelas informações solicitadas naquele requerimento que havia sido formulado pela Bancada da Oposição. Quero convidar V. Exa. e os demais Deputados para que possamos, na Liderança do Governo, examinar esses documentos. E queria dizer à Casa que aquelas questões que foram levantadas - e sempre tenho dito que muitas vezes temos que tomar muito cuidado em sermos pautados pelos jornais, porque isso é um perigo enorme para o próprio processo democrático - tenho os dados e são dados muito simples: o Governo concluiu mais de 4.000 obras nesses quatro anos e isso detalhado, com as datas de conclusão, onde foram realizados e os valores. E o interessante é: sobre qual era a grande discussão?

Era sobre uma suposta indústria dos aditivos. E o interessante é que quando você vai verificar, tenho um histórico aqui dos últimos três Governos paranaenses - independente dos Governos. Na primeira gestão, de 1995 a 1998, do ex-Governador Jaime Lerner, teve um total contratado de 250 milhões de reais, um total de aditivos de vinte milhões de reais e o percentual sobre total contratado em aditivo deu 7,9%. O período 1999 a 2002, um total contratado de 122 milhões de reais, total de aditivos de seis milhões de reais, sendo um percentual de 5,08%. E o primeiro mandato desse período do Governo Requião, de 2003 a 2006, um total contratado de 768 milhões de reais, o total de aditivos de 41 milhões de reais, dando um percentual sobre o total contratado de 5,41%. Cada um dos documentos demonstra claramente qual obra foi aditivada, o valor do aditivo, ou seja, com absoluta transparência.

Então, queria falar daquele requerimento que acabou sendo rejeitado em Plenário, mas queria dizer aos companheiros que esses documentos estarão todos disponíveis na Liderança do Governo, acessíveis a qualquer Parlamentar, mas especialmente ao Deputado Valdir Rossoni. Deputado Rossoni, queria colocar à disposição da Casa, mas especialmente para V. Exa. para poder manusear, identificar, pesquisar, xerocar, fazer aquilo que for necessário e quero aqui parabenizar inclusive o ex-Secretário Caron, que hoje exerce a Secretaria Especial com o

fim específico de promover a reforma do Palácio Iguaçu e a construção do Centro Judiciário de Curitiba, duas obras extremamente importantes, especialmente o Centro Judiciário de Curitiba, mas que trouxe aqui à Liderança do Governo essa documentação bem especificada, com absoluta transparência e quero justamente que possamos estabelecer esse nível de debate e discussão para que a Casa ganhe com isso. Que os esclarecimentos venham, sejam feitos, sejam formulados. É claro que o Governo tem obrigação de prestar todas as informações e aqui está hoje, na minha avaliação, uma forma de fazer isso.

Por isso, quero passar aqui esses documentos ao Deputado Valdir Rossoni para que todos os Deputados possam consultar. Posso deixar na Liderança do Governo para podermos manuseá-los, tirar xerox, enfim, da forma como V. Exas. preferirem.

Era isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Liderança da Oposição, com a palavra Deputado Valdir Rossoni.

### ***Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)***

O SR. VALDIR ROSSONI

Deputado Romanelli, Srs. Deputados, Sr. Presidente Nelson Justus, Sras. Deputadas.

Pela informação que recebo do Líder do Governo, ele está trazendo a esta Casa - não apenas ao Líder da Oposição mas a todos os Parlamentares - informações objeto de um requerimento nosso.

Quero primeiro cumprimentá-lo pelas informações. Aqui no meu pronunciamento daquele dia, eu disse que tínhamos recebido informações de que a grande maioria das obras do Governo na Secretaria de Obras eram aditivadas. Eu disse que não queria fazer nenhum juízo de valor sobre as informações que tinha recebido e por essa razão estava encaminhando o requerimento para que eu obtivesse as informações e depois de analisadas eu pudesse me posicionar e dizer: é verdade, é mentira.

Claro, nós estávamos nos primeiros dias do nosso período legislativo e V. Exa. derrubou nosso requerimento. Eu já fui Líder de Governo, vejo que V. Exa. nesse momento adota um critério que eu tenho que reconhecer que é um critério correto. Eu, Deputado Romanelli, quando Líder de Governo, e ontem falei na CCJ quando levantei uma questão de ordem lá e fui questionando que quando Líder de Governo eu agia de forma diferente. Eu disse lá, naquele momento, que seria muito bom que se aproveitasse os poucos acertos que eu tive na Liderança do Governo para o exercício do mandato de Deputado. Agora, nunca buscar os erros que cometi como Líder do Governo para estabelecer uma norma nesta Casa. E acredito que podemos aqui desenvolver um bom trabalho se estabelecermos essa forma de agir.

V. Exa. está colocando à disposição da Liderança da Oposição esses documentos. Nós vamos analisá-los e fazer as colocações devidas sobre esse caso. Não quis fazer pré-julgamento, é claro que se não fossem prestadas as informações, a primeira conclusão que nós chegaríamos é que não poderiam ser prestadas essas informações. Em chegando essas informações, as informações completas que satisfaçam o teor do nosso requerimento e o objetivo que é o esclarecimento de fatos na Secretaria de Obras, eu, naturalmente, terei uma posição, que é o nosso papel.

Tenho até preparado um pronunciamento, Deputado Nelson Justus, que era para ter feito ontem, mas pelo tempo não deu para que eu usasse a tribuna. Tenho um pronunciamento e quero reservar o Grande Expediente de segunda-feira para que nós possamos aqui analisar outras questões do Poder Legislativo, como é que nós estamos procedendo, porque eu tenho uma grande preocupação, Deputado Nelson Justus, e disse lá ontem e repito aqui, eu assisti esta semana a TV Senado e eu via lá os Senadores discutindo suplementações. Há pouco falava com o Deputado Douglas, de Campo Mourão, e eu dizia a ele - eu quero abrir este debate da questão orçamentária do Estado, porque um dos principais trabalhos do Legislador, do Deputado, é acompanhar a execução do orçamento. Agora, nós aqui hoje, da forma que estamos, passa o ano inteiro, não vem do Governo um pedido de suplementação a esta Casa. Então, é feito por decreto. E eu, no momento que é feito por decreto - e este ano não há como corrigir isto - a maneira que é feita por decreto, nós não sabemos de onde estão saindo os recursos e para onde estão indo. Quando eu estou falando isto, estou dizendo - uma suplementação tem que sair de uma determinada Secretaria para outra Secretaria, e se vier para esta Casa, o que nós vamos fazer? Nós vamos debater, porque de repente, Deputado Romanelli, e V. Exa. sabe como que é o mecanismo do Governo, V. Exa. tem provas aqui, que de repente vem uma justificativa de um veto do Governo e você encontra na própria justificativa, que foi o caso desta semana, uma justificativa que não existe e aí nós corrigimos aqui nesta Casa.

Imagine o que pode acontecer com o Orçamento do Estado. De repente, um subalterno, até com a intenção de agradar o próprio Governador ou o Secretário, pode fazer um remanejamento de verba que não seja de interesse da população do Paraná, porque o interesse daquela pessoa que está ali elaborando o decreto, pode não ser o interesse dos paranaenses.

Então, eu vou abrir na segunda-feira este debate, porque é importantíssimo para esta Casa, principalmente para os novos Deputados e Deputadas que chegaram aqui. Estou vendo que ganhamos muito nesta Casa e eu quero levantar este debate para que todos possam sentir o quanto vai ser importante quando nós estivermos discutindo aqui o Orçamento do Estado. Qual o poder que vamos dar ao Governo do Estado, ao Poder Executivo, para o remanejamento das verbas do orçamento, porque

da forma como estamos nós não podemos permanecer, senão a nossa pauta - não só por esta questão orçamentária - tem dias que é muito pobre, sem objetivo, e nós ficamos aqui com projetos de lei autorizatórios, com títulos de Cidadão Honorário, com projetos autorizatórios, outros de indicação e a parte fundamental que é objetivo nosso e que é nosso dever constitucional de fiscalizar, de acompanhar a execução orçamentária, nós não temos este conhecimento.

Então, eu adianto a minha fala de segunda-feira, mas cumprimento o Líder do Governo pela nova postura, porque certamente espero que isto continue e para que nós possamos exercitar na sua plenitude o exercício de ser um bom Deputado, de sermos bons Deputados, e aproveitarmos este sangue novo que chegou na Casa, com os Deputados novos e eu vi alguns aqui, estes dias, tristes, até decepcionados, mas acho que há formas, sim, de estabelecermos um trabalho sem o atrito do interesse político e que nós podemos produzir muito.

Eu disse outro dia ainda, Deputado Nelson Justus, e concluo aqui a minha fala - porque não podemos estabelecer aqui, uma vez por semana, trazer um Secretário de Estado, não apenas para indicar indícios de erros da Secretaria, mas para discutir a política que está sendo implantada por aquela Secretaria. Secretário da Educação, Secretário de Obras, Secretário da Agricultura. Nós vamos enriquecer o trabalho desta Casa e certamente estaremos contribuindo para com V. Exa., Sr. Presidente e para com a Mesa Executiva, que estão neste trabalho exaustivo para tentar melhorar a imagem dos Parlamentares paranaenses.

É esta a contribuição que, na segunda-feira, quero levantar e ouvir os Srs. Parlamentares, de que forma nós podemos dar a nossa contribuição para a Mesa Executiva e para o bom funcionamento desta Casa.

Cumprimento o Deputado Romanelli, recebo a documentação e espero num futuro próximo, trazer o meu posicionamento.

### ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a Ordem do Dia, com a presença de número legal.

### ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Indicação nº 041/07, de autoria do Sr. Deputado Professor Luizão, constante do expediente, propondo a reestruturação da Rodovia João Leopoldo Jacomel (PR-415), no trecho que atravessa a Cidade de Pinhais. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 042/07, de autoria do Sr. Deputado Professor Luizão, constante do expediente, propondo a duplicação da Rodovia PR-415, João Leopoldo Jacomel,

no trecho entre Pinhais e Piraquara, com construção de ciclovia. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 228/07, subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que trata de alteração da Lei Estadual nº 14277/03, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 229/07, subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que trata da alteração da Lei Estadual nº 14277/03, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) **(Pela Ordem)**

Para registrar a presença do Vereador Dalnei, do PPS de Pirai do Sul.

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Seja bem-vindo, Vereador.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Professor Luizão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO **(Alexandre Curi)**

**(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)**

Sr. Presidente, 26 Sr. Deputados presentes.

### ***Encerramento da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Não há quórum para o prosseguimento da Sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira no horário regimental, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 063/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 072 e 078/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 025, 026, 067, 098, 099, 100, 127/07 e dos Projetos de Resolução nºs 001 e 005/07.

Levanta-se a Sessão.

### ***Publicações Administrativas:***

#### ***Contrato para Fornecimento de Café***

##### **CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE CAFÉ**

**CONTRATANTE:** Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 77.799.542/001-99, estabelecida à Praça Nossa Senhora da Salette, s/n - Centro Cívico - Curitiba-PR, neste ato representado pelo seu Diretor Geral, Sr. Abib Miguel, e de outro lado,

**CONTRATADA:** Comércio de Torrefação de Café Iapó Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 72.256.787/0001-68, estabelecida em Curitiba, Paraná, na Rua Iapó nº 60, Rebouças, neste ato representado por Alcindo Cerci, brasileiro, viúvo, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 437.255-7, SSP/PR, expedida em 10/12/1983, e CPF nº 010.534.009-00, residente e domiciliado em Curitiba, Paraná na Rua Hermes Fontes, nº 1.333, Bairro Batel, e Euridice Cerci, brasileiro, separado judicialmente, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 1.126.243-7, SSP/PR, e do CPF nº 010.533.969-53, residente e domiciliado em Umuarama, na Rua Pirapó, nº 4.905.

##### **Cláusula Primeira - Do Objeto**

O presente contrato tem por objeto o fornecimento nesta Assembléia, na Coordenadoria de Almoxarifado, de aproximadamente 500 quilos de café em pó, torrado e moído, extra forte, grãos selecionados de 1ª qualidade, embalados pelo processo de vácuo puro, em embalagem de 500 gramas, com prazo de validade de no mínimo 01 (um) ano, com selo de pureza ABIC.

##### **Cláusula Segunda - Do Prazo**

A CONTRATADA se compromete a fornecer mensalmente aproximadamente 500 quilogramas de café, pelo período de 1º de março de 2007 a 31 de dezembro de 2007.

##### **Cláusula Terceira - Do Preço**

A CONTRATADA perceberá por cada 01 (um) quilo de café fornecido a importância de R\$ 6,90 (seis reais e noventa centavos), o qual não sofrerá reajuste.

**Parágrafo primeiro** - A CONTRATANTE pagará o montante especificado nesta cláusula terceira, após o requerimento ter sido protocolado, juntamente com a 1ª via da Nota Fiscal, em até 30 (trinta) dias.

**Parágrafo segundo** - No valor ajustado pelo fornecimento do café, já se encontram inclusos todos os eventuais valores relativos a impostos, taxas e contribuições. Quanto a CONTRATANTE for a responsável tributária pelo recolhimento, fica a mesma autorizada, neste ato, a descontar este valor do preço ajustado e devido.

**Cláusula Quarta - Das Obrigações das Partes**

1. São obrigações da CONTRATANTE:

- O pagamento pelo fornecimento de café, sob pena de rescisão do presente contrato.

2. São obrigações da CONTRATADA:

- Fornecimento do café, no máximo cinco dias após a cada solicitação do produto.

**Cláusula Quinta - Da Subcontratação, da Cessão e da Transferência.**

O objeto deste contrato não poderá ser alterado, modificado, ou complementado, nem tampouco ser cedido, transferido ou ocorrer subcontratação, salvo após autorização, por escrito da CONTRATANTE.

**Cláusula Sexta - Da Rescisão e das Multas**

Extingui-se o presente contrato:

1. Pelo vencimento do prazo contratual.

2. Pelo inadimplemento contratual, mediante notificação rescisória, devendo a parte infratora pagar multa não-compensatória no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor dos serviços prestados durante a vigência do contrato.

3. Ocorrerá à rescisão, de pleno direito, se ocorrer a falência, concordata ou insolvência de qualquer das partes contratantes.

**Parágrafo Primeiro** - Na vigência de um eventual aviso de rescisão, as partes se obrigam pelo cumprimento de todas as cláusulas aqui contratadas.

**Cláusula Sétima - Das Disposições Gerais**

A não exigência imediata, por qualquer das partes, do cumprimento de qualquer obrigação avençada neste contrato, constituir-se-á mera liberalidade da parte que assim proceder, não devendo ser entendida ou caracterizada como novação ou precedente invocável pela outra parte.

**Cláusula Oitava - Do Foro**

Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba, Paraná para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias relativas a este instrumento.

E, após terem lido e concordado com todas as suas cláusulas, firmam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e formas, para que surta seus efeitos jurídicos.

Curitiba, de de 2007.

(aa) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

ALCINDO CERCI

Comércio e Torrefação de Café Iapó Ltda.

